



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)

Data da reunião: 09/08/2017

Presidente: Senadora Fátima Bezerra

Item	Identificação da matéria
1	RDR (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO) 28/2017 Ementa: Requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser agendada, com a finalidade de debater “O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional”. Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	PLC 147/2015 Ementa: Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências. Autoria: Deputado Goulart [tramitação] Não Terminativo	Senador Davi Alcolumbre	Pela aprovação nos termos do substitutivo.	<p>O projeto dispõe sobre requisitos mínimos para a criação de estâncias, classificando-as em turísticas, hidrominerais, climáticas, balneárias e turísticas religiosas. Ademais, determina que as normas relativas ao processo preparatório da verificação dos requisitos e condições sejam estabelecidas em regulamento. O substitutivo apresentado altera os requisitos necessários à caracterização e classificação das estâncias climáticas, balneárias, hidrominerais e turísticas religiosas. Quanto às estâncias climáticas, revoga quesito de exigência de "temperatura médias", "umidade média anual", temperatura média das mínimas no inverno e verão e, número de horas de insolação superior a duas mil, além de preexistência de posto meteorológico em funcionamento ininterrupto durante pelo menos três anos. Quanto às estâncias balneárias, inclui locais que possuem praias de água doce. No que diz respeito às estâncias hidrominerais, retirou algumas condições, para que mais municípios fossem incluídos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 03/08/2016, na 14ª Reunião da CDR, foi realizada audiência pública para instrução da matéria; - A matéria constou na pauta da 3ª (29/03/2017), da 5º (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17º(12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.
3	PLC 164/2015 Ementa: Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Autoria: Deputado Irajá Abreu [tramitação] Não Terminativo	Senador José Pimentel	Pela aprovação da matéria.	<p>A proposta tem por objetivo alterar a Lei de Registros Públicos para dispensar o alvará de construção, expedido pela Prefeitura Municipal, para a averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento, já finalizada há mais de cinco anos. Essa dispensa valeria, inclusive, para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A matéria constou na pauta da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17º (12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria segue para apreciação da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
4	PLC 34/2017 Ementa: Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico. Autoria: Deputado Capitão Augusto [tramitação] Não Terminativo	Senador Wellington Fagundes	Pela aprovação da matéria.	<p>O PLC 37/2017 tem por objetivo instituir a região de Angra Doce, compreendendo o reservatório da Usina Hidrelétrica de Chavantes e seu entorno, nos Estados do Paraná e de São Paulo, como Área Especial de Interesse Turístico.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi concedida vista, a pedido do Senador Sérgio Petecão, na 18ª reunião (02/08/2017); - A matéria constou na pauta da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017) e da 17º(12/07/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	PLS 68/2016 Ementa: Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativo	Senador Davi Alcolumbre	Pela aprovação	<p>Com o objetivo de conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde, o projeto dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.898, de 2009, para retirar a exceção que recai sobre os minérios do Capítulo 26 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, aplicada a produtos em cuja composição final haja preponderância de matérias-primas, provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral ou agrossilvopastoril. O PLS ainda acrescenta novo parágrafo ao mesmo dispositivo para conceder a isenção do Imposto de Importação aos insumos, máquinas e equipamentos necessários à produção dos produtos de que trata o § 1º.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A matéria constou na pauta da 5ª Reunião (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17ª (12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).
6	OFS 18/2016 Ementa: Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 4º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao Exercício de 2015. Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO [tramitação] Não Terminativo	Senador José Medeiros	Pelo conhecimento e arquivamento.	<p>O Ofício, enviado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), trata do Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao exercício de 2015.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A matéria segue para o Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis. - A Matéria constou na pauta da 17º (12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) reuniões da CDR;
7	OFS 2/2017 Ementa: Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao 1º semestre de 2016. Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO [tramitação] Não Terminativo	Senador José Medeiros	Pelo conhecimento e arquivamento.	<p>O Ofício, enviado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), trata do Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao 1º semestre de 2016.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A matéria segue para o Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis. - A Matéria constou na pauta da 17º (12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) reuniões da CDR;

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.